

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE COLABORAÇÃO EMERGENCIAL Nº 336/2020

Termo de Colaboração Emergencial, Técnica e Financeira celebrada entre o **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES** e a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ - ABASC**, oriundo do Processo Administrativo nº 3339/2020.

Pelo presente Termo de Colaboração Emergencial, de um lado o **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situada a Rua Miguel Prisco, nº 288, Centro, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 46.522.967/0001-34, neste ato representado pela Secretária de Assistência Social e Cidadania, Sra. Elza dos Anjos Iwasaki, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ - ABASC**, associação sem fins econômicos, situada no Município de Ribeirão Pires, na Rua Boomerang, nº 327, Jd. Aymoré - Ouro Fino Paulista, CEP 09443-210, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 02.653.857/0009-93, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Veranilda de Oliveira Guimarães, nacionalidade brasileira, estado civil casada, profissão pastora, portadora da cédula de identidade RG nº 37.618.594-6 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, do Ministério da Fazenda sob o nº 263.905.233-00, residente e domiciliado à Avenida Ferraz Alvin, nº 259, Jardim Ruyce, Diadema-SP, doravante designada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, tem entre si, justo e acordado, as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo de Colaboração Emergencial, Técnica e Financeira entre os partícipes acima indicados para a execução de programas, projetos e serviços assistenciais, vocacionados ao atendimento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da população local, para **AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**, com abrigo provisório durante e pós pandemia, objetivando atingir a **Meta de 20 (vinte) pessoas de ambos os sexos**, conforme Plano de Trabalho APROVADO pelo CMAS, e na forma do artigo 30 inciso II e VI da Lei n. 13.019/2014. Todos/as os/as usuários serão referenciados e encaminhados pelos equipamentos de CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL – CREAS de Ribeirão Pires.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SEGUNDA – Em atendimento à parceria ora firmada, o **MUNICÍPIO** se obriga a:

I – Efetuar os repasses de recursos à **ENTIDADE** para a execução do objeto desta Colaboração, no valor de R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais), total do exercício, através de depósito bancário na conta corrente nº 3967-1, agência 0346 do Banco 104 Caixa Econômica Federal, utilizado pela **ENTIDADE** para cumprimento do presente

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Termo de Termo de Colaboração Emergencial, mediante apresentação dos comprovantes referentes às despesas efetuadas;

II – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela **ENTIDADE**, bem como apoiar tecnicamente a **ENTIDADE** em decorrência da execução das atividades, objeto desta Colaboração;

III – Promover o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto desta parceria, conforme artigo 58, da Lei n. 13.019/2014;

IV – Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho, sempre que possível, caso a vigência desta parceria ultrapasse o prazo de 01 (um) ano, conforme artigo 58, §2º, da Lei n. 13.019/2014;

V – Assinalar prazo para que a **ENTIDADE** adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

VI – Publicar o extrato deste Termo de Colaboração Emergencial e de seus eventuais aditivos no Diário Oficial do **MUNICÍPIO** em até 5 (cinco) dias úteis após a sua celebração, no qual também deverá constar o nome do servidor público ou empregado público designado como gestor desta parceria, nos termos do artigo 38 da Lei n. 13.019/2014 e do artigo 23, §1º e 3º do Decreto Municipal n. 6.684/2017;

VII – Disponibilizar em até 5 (cinco) dias úteis após a celebração do Termo de Colaboração a íntegra do instrumento de parceria no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, nos termos do artigo 23, §1º do Decreto Municipal n. 6.684/2017.

DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

CLÁUSULA TERCEIRA – Em atendimento à parceria ora firmada, a **ENTIDADE** se obriga a:

I – Executar de forma regular, integral e satisfatória o objeto deste Termo de Colaboração, conforme o Plano de Trabalho proposto pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

II – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este Termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, conforme preceitua o artigo 42, inciso XV, da Lei n. 13.019/2014;

III – Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme preceitua o artigo 42, inciso XIX, da Lei n. 13.019/2014;

IV – Responsabilizar-se exclusivamente pelos pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, conforme preceitua o artigo 42, inciso XX, da Lei n. 13.019/2014;

V – Manter, durante o prazo de vigência deste Termo de Colaboração, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI – Comunicar o **MUNICÍPIO** de toda e qualquer alteração ocorrida em seus Estatutos Sociais, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros;

Prefeitura do Município da estância Turística de Ribeirão Pires

VII – Realizar fiel e integralmente os serviços contratados com terceiros, na forma da legislação em vigor;

VIII – Possuir instalações, condições materiais, recursos humanos e equipamentos sociais adequados e compatíveis com a capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento do objeto desta Colaboração e das metas estabelecidas, respeitando-se integralmente o disposto neste Termo e o que se exige no artigo 33, inciso V, alínea c, da Lei n. 13.019/2014;

IX – Zelar pela manutenção da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social vigente;

X – Responsabilizar-se pela manutenção, reforma e ampliação do espaço físico;

XI - Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelo(os) serviço(s) assistencial(is), sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos(as) usuários(as);

XII – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes referentes às despesas efetuadas;

XIII – Apresentar mensalmente ao **MUNICÍPIO**, e até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas, além da relação nominal e documentos de todos os assistidos, conforme o roteiro fornecido pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a fim de comprovar que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho;

XIV – Assegurar ao **MUNICÍPIO**, através do Setor de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social, as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto desta Colaboração, permitindo à Prefeitura o acompanhamento “*in loco*” e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento;

XV – Promover a contratação dos funcionários e comunicar o **MUNICÍPIO** sempre que houverem alterações e substituições destes funcionários;

XVI – Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, nos termos do art. 11, da Lei n. 13.019/2014;

XVII - Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria, manter os recursos aplicados no mercado aberto em títulos da dívida pública quando os recursos forem utilizados em prazo inferior a 30 (trinta) dias, e em caderneta de poupança quando não utilizados no prazo superior as 30 (trinta) dias;

XVIII – Realizar os pagamentos mediante transferência eletrônica para a conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Demonstrada a impossibilidade do pagamento mediante transferência eletrônica, será admitida a realização de pagamentos em espécie, sempre mediante a apresentação de recibo, nos termos do artigo 53 da Lei n. 13.019/2014 e do artigo 25 do Decreto Municipal n. 6.684/2017;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

XIX - Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração das origens e aplicação dos recursos da **ENTIDADE**, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor, documentos devidamente assinados pelo responsável técnico com registro no CRC;

XX - Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, da Lei n. 13.019/2014.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUARTA – O valor total estimado da presente Colaboração é de **R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais)**, onerando a rubrica orçamentária da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 1º – Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta da dotação orçamentária, ficha 247 – classificação funcional 08.244.0059.2.248, categoria econômica 3.3.50.43.00 - fonte 05 – FEDERAL.

§ 2º – É responsabilidade exclusiva da **ENTIDADE** o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento, de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** pelos respectivos pagamentos, bem como qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução, conforme já estipulado na cláusula terceira.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CLÁUSULA QUINTA – O **MUNICÍPIO** repassará à **ENTIDADE** o valor estimado de **R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais)**, em 06 (seis) parcelas: sendo a primeira no valor de R\$ 48.250,00 (quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais) e as demais no valor de R\$ 43.350,00 (quarenta e três mil, trezentos cinquenta reais), através de depósito bancário, conforme conta mencionada na cláusula segunda, inciso I, deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – O primeiro repasse será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do Termo de Colaboração. As demais parcelas serão mensalmente repassadas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, condicionadas à apresentação e aprovação da prestação de contas da parcela anterior.

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

CLÁUSULA SEXTA – A **ENTIDADE** prestará contas ao **MUNICÍPIO** da seguinte forma:

I – Contas parciais: serão prestadas de acordo com as Instruções Normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme descrito no Plano de Trabalho, devidamente acompanhado de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e a rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas, relação nominal dos atendidos conforme Anexo RP-14 (REPASSES AO TERCEIRO SETOR - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO) da Instrução Normativa n. 02/2016, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC-A – 011476/026/16).

Prefeitura do Município da estância Turística de Ribeirão Pires

II – Contas anuais: deverá ser apresentada a prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade, até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente, nos moldes das Instruções Normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA SÉTIMA – Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração as despesas decorrentes de:

I – Taxa de administração, de gerência ou similar;

II – Pagamento de servidor ou empregado público;

III – Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos;

IV – Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou orientação pessoal, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

V – Pagamento de pessoal contratado pela **ENTIDADE**, que não atendam às exigências do artigo 46, da Lei n. 13.019/2014;

VI - Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

CLÁUSULA OITAVA – Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da Colaboração enviadas para o **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA NONA – Apresentada a prestação de contas parcial e anual, a Comissão de Monitoramento e Avaliação emitirá parecer:

I – Homologando os relatórios de fiscalização;

II – Técnico, quanto à execução física e atingimento dos objetivos da Colaboração;

III – Financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos da Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os valores repassados deverão ser utilizados dentro do período para os quais se destinam. Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente, podendo o **MUNICÍPIO** autorizar, a seu critério e de forma fundamentada, solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do artigo 25, §2º, da Lei n. 101/2000 (LRF) e das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A aplicação de recursos e a prestação de contas de que trata esta cláusula só poderão ser prorrogadas mediante requisição prévia, justificativa, autorização formal do **MUNICÍPIO** e desde que estabelecido um prazo máximo para esta prestação de contas e para a utilização destes recursos, não superior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nas Cláusulas 6ª a 10ª, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Prefeitura do Município da estância Turística de Ribeirão Pires

DO PLANO DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O Plano de Trabalho proposto deverá ser integralmente cumprido pela **ENTIDADE**, nos termos do artigo 22, da Lei n. 13.019/2014, contendo:

I – Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II – Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

III – Prazo para a execução das atividades e para o cumprimento das metas;

IV – Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V – Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

VI – Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

VII – Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

VIII – Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

IX – Modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 6 (seis) meses ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;

X – Prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parceria.

PARÁGRAFO ÚNICO – Excepcionalmente, admitir-se-á à **ENTIDADE** propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social apreciar a solicitação e se manifestar a respeito, no prazo máximo de trinta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Constará como anexo do instrumento de parceria, o Plano de Trabalho, que dele é parte integrante e indissociável;

DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A Comissão instituída através da Portaria n. 29.265, de 16/01/2018 e do Gestor da Parceria através da Portaria nº 31.249/2019, realizará o monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo do monitoramento pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão Pires.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

DAS IRREGULARIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Qualquer irregularidade concernente à presente Colaboração deverá ser imediatamente comunicada ao **MUNICÍPIO**, que deliberará quanto à implicação de possíveis sanções.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O não cumprimento das cláusulas deste Termo de Colaboração, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas, atividades, projetos desta parceria ou legislação que a rege constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

I – Advertência formal;

II – Suspensão do repasse mensal;

III – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria (colaboração ou fomento) e contratos com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de colaboração ou fomento e contratos com órgãos e entidades em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a organização da sociedade civil ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso III deste dispositivo.

§ 1º – As sanções estabelecidas nos incisos de I a IV são de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, facultada a defesa do(a) interessado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

§ 2º – Constatada a ocorrência de irregularidades, a **ENTIDADE** deverá ser notificada por meio formal, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 3º – A **ENTIDADE** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 4º – A liberação de parcela de repasse eventualmente bloqueada será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

§ 5º – A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo administrativo identificado no preâmbulo do presente Termo.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pelo **MUNICÍPIO**, na hipótese disposta no artigo 55 da Lei nº 13.019/14.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Plano de Trabalho da parceria poderá ser alterado para a revisão de valores, vigência ou das metas, mediante Termo Aditivo, e por apostilamento ao Plano de

Prefeitura do Município da estância Turística de Ribeirão Pires

Trabalho original, para remanejamento, com solicitação e justificativa prévia, sempre mediante aprovação do **MUNICÍPIO**.

DA RESTITUIÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A **ENTIDADE** se compromete a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo **MUNICÍPIO**, atualizados pelo índice previsto na Lei Orgânica Municipal de Ribeirão Pires, ou outro índice que o substitua, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

I – A inexecução do objeto desta Colaboração;

II – Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;

III – Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;

IV – Solicitação de prorrogação de prazo para aplicação de recurso de que trata a cláusula décima e sua não utilização dentro do prazo apontado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão desta, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e incorporados ao patrimônio do **MUNICÍPIO**.

DA VIGÊNCIA, DA RESOLUÇÃO E DA DENÚNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Esta Colaboração passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, com vigência será até 31 de Dezembro de 2020.o.

§ 1º – Esta Colaboração poderá ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, à critério do **MUNICÍPIO**, após manifestação por escrito do titular da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social).

§ 2º – Em caso de prorrogação, será indicada no Termo Aditivo os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá à **ENTIDADE** apresentar ao **MUNICÍPIO**, no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – É prerrogativa do **MUNICÍPIO** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

Prefeitura do Município da estância Turística de Ribeirão Pires

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Esta parceria é regida pela legislação em vigor, sobretudo pela Lei Federal n. 13.019/2014 e pelo Decreto Municipal n. 6.684/2017..

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Fica Eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e na presença de duas (02) testemunhas.

Ribeirão Pires, 03 de Agosto de 2020.

Elza dos Anjos Iwasaki

Secretária de Assistência Social e Cidadania

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ – ABASC

Veranilda Oliveira de Guimarães

Presidente

TESTEMUNHAS:

1) _____ RG: _____

2) _____ RG: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ - ABASC

TERMO DE COLABORAÇÃO EMERGENCIAL N. 336/2020

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Ribeirão Pires, 03 de Agosto de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Priscilla Ferracini da Silva

Cargo: Diretora de Divisão de Proteção Especializada

CPF: 218.364.568-75 RG: 35.355.123-5

Data de Nascimento: 04/05/1981

Endereço residencial completo: Rua Araras, nº 45, Quarta Divisão, Ribeirão Pires - SP

E-mail institucional: priscilla.sasc@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: priscillaferracini@gmail.com

Telefone: (11) 4828-9800 / (11) 99507-0719

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da estância Turística de Ribeirão Pires

Responsáveis que assinaram o ajuste:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Elza dos Anjos Iwasaki

Cargo: Secretária de Assistência Social e Cidadania

CPF: 124.538.988-25 RG: 21.802.917-3

Data de Nascimento: 11/03/1972

Endereço residencial completo: Rua Primeiro de Junho, nº 210 – Vila Suissa – Ribeirão Pires

E-mail institucional: sads@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: elza.iwasaki@gmail.com

Telefone(s): (11) 4828-1900

Assinatura: _____

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: Veranilda de Oliveira Guimarães

Cargo: Presidente

CPF: 263.905.233-00 RG: 37.618.594-6

Data de Nascimento: 07/03/1968

Endereço residencial completo: Rua Boomerang, nº 327B, Jd. Aymoré, Ribeirão Pires – SP, CEP: 09443-210

E-mail institucional: maoamigaunidade2@abasc.com.br

E-mail pessoal: maoamigaunidade2@abasc.com.br

Telefone(s): (11) 4822-2885 / (11) 98616-0306

Assinatura: _____